



Estudo Técnico Preliminar da Contratação

PROCESSO Nº 48051.002513/2019-02

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da aquisição de veículos picape diesel, 4x4, novos, zero quilometro, para uso nas ações de fiscalização de campo, de modo a atender necessidade de substituição de parte da frota existente nas unidades regionais da Agência Nacional de Mineração - ANM em todo o País.

DIRETRIZES GERAIS

1. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS BENS A SEREM ADQUIRIDOS

- 1.1. Lei nº 1.081, de 1950, dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- 1.2. Lei nº 9.503, de 1997, institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.3. Decreto nº 9.287, de 2018, dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 1.4. Decreto nº 62.127, de 1968, aprova o Regulamento do Código Nacional de Trânsito.
- 1.5. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2008, dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- 1.6. Portaria ME nº 179, de 22 de abril de 2019, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, e dá outras providências.
- 1.7. Resoluções e Deliberações do CONTRAN, aplicáveis ao objeto da contratação.
- 1.8. Resoluções e Deliberações do CONAMA, aplicáveis ao objeto da contratação.
- 1.9. Regulamento PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), aplicáveis ao objeto da contratação.
- 1.10. Portarias do DENATRAN, aplicáveis ao objeto da contratação.
- 1.11. Normas técnicas NBR da ABNT e INMETRO aplicáveis ao objeto da contratação.
- 1.12. Outras normas correlatas aplicáveis ao objeto da contratação.

2. INCONSISTÊNCIAS OCORRIDAS NAS FASES DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, SELEÇÃO DO FORNECEDOR E NA GESTÃO DO CONTRATO VERIFICADAS NAS AQUISIÇÕES ANTERIORES

- 2.1. A última contratação efetivou-se pelo extinto DNPM, no ano de 2012, quando foram adquiridos 49 (quarenta e nove) unidades para recompor a frota de veículos de fiscalização.
- 2.2. No ano de 2016 foi aberto o processo nº 48400.000764/2016-94 para aquisição de 62 (sessenta e dois) veículos, que não foi concluído por questões orçamentárias.

2.3. Em 2018, o mesmo processo foi retomado e readequado sua quantidade para 41 (quarenta e um) unidades que, após tentativas de aquisição via Ata de Registro de Preços (ARP) resultou sem sucesso. No mesmo ano, empreendeu-se a realização de pregão eletrônico, que não chegou ao seu final em razão do encerramento do exercício financeiro.

2.4. Os veículos oriundos da aquisição efetivada em 2012 não dispunham de protetor de caçamba, capota marítima, película e engate para reboque. Parte desses acessórios foram adquiridos isoladamente por algumas regionais objetivando evitar danos a carroceria, diminuir a incidência solar, reduzir a temperatura no interior do veículo, bem como dispor de acessórios para casos de guinchamento.

2.5. No decorrer do uso dos veículos provenientes da mencionada contratação alguns apresentaram problemas de motor e no catalizador do sistema de injeção/alimentação de combustível que, de acordo com mecânicos ouvidos, decorre do abastecimento do carro com diesel comum ao invés do S10, recomendado pelo fabricante.

2.6. Relatos também citam problemas de quebra da tração/transmissão 4x4, que, de acordo com os mecânicos consultados, advém do fato do motorista trafegar em pistas de asfalto ou de terra, em velocidades superiores a 20 km/h, com o carro "traçado", quando sua utilização deveria ocorrer apenas em baixas velocidades, em terrenos muito acidentados ou atoleiros.

2.7. Por fim, há casos de luz indicativa, na cor vermelha, acesa no painel do veículo, que segundo consta, decorre da troca de óleo/filtro efetuada fora da oficina autorizada, sendo necessário recorrer a concessória para realização de procedimento de "reset" após cada troca de óleo para normalização da luz indicativa de problema.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Agência Nacional de Mineração (ANM), autarquia criada pela Lei nº 13.575, de 2017, submetida ao regime autárquico especial e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

- I - implementar a política nacional para as atividades de mineração;
- II - gerir os direitos e os títulos minerários para fins de aproveitamento de recursos minerais;
- III - fiscalizar a atividade de mineração, podendo realizar vistorias, notificar, autuar infratores, adotar medidas acautelatórias como de interdição e paralisação, impor as sanções cabíveis, firmar termo de ajustamento de conduta, constituir e cobrar os créditos delas decorrentes, bem como comunicar aos órgãos competentes a eventual ocorrência de infração, quando for o caso;
- IV - estabelecer normas e exercer fiscalização, em caráter complementar, sobre controle ambiental, higiene e segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;

3.2. Este conjunto de atribuições e a jurisdição em todo o território nacional exige uma capacidade logística considerável, especialmente para acesso a locais remotos via terrestre.

3.3. A manutenção de uma frota própria de veículos em quantidade e condições adequadas em todas as unidades da Federação se faz necessário onde os serviços de locação se mostram inviáveis economicamente por conta da demanda ou da localização geográfica da regional.

3.4. Assim, há a necessidade de renovar parte da frota da Agência Nacional de Mineração - ANM em âmbito nacional objetivando disponibilizar viaturas em condições adequadas e seguras de

tráfego com vistas ao atendimento das demandas de transporte de servidores para realização das atividades finalísticas da Autarquia nas ações de fiscalização de campo da atividade minerária.

3.5. As equipes de fiscalização dependem da disponibilidade de veículos em boas condições de utilização de forma a permitir a chegada aos locais onde se desenvolvem as atividades minerárias, em sua maioria trajetos de difícil acesso, fora dos centros urbanos e sem estradas asfaltadas, situação que gera desgaste severo e exige veículos robustos.

3.6. A atual frota da autarquia para realização dessas ações é composta por cerca de 50% dos veículos com mais de 10 anos de uso (a última contratação foi efetivada no exercício de 2012) com altas quilometragens rodadas, o que os torna antieconômicos, de manutenção onerosa e baixo rendimento, com recorrentes idas e permanências em oficinas ao longo do ano.

3.7. A necessidade de atuação em várias partes do território nacional, com unidades de pronto atendimento em várias regiões, a padronização e uniformização das especificações e o ganho de escala, são razões para elaboração de uma contratação centralizada.

3.8. Assim, a pretendida aquisição visa proporcionar maior segurança nos deslocamentos realizados pelos servidores, a fim de se evitar frustrações no cumprimento do papel institucional da Agência, e a diminuição dos gastos com manutenções veiculares, de forma a dotar a Agência Nacional de Mineração - ANM das condições necessárias à perfeita execução de suas atribuições regimentais, garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua e eficiente, e conciliar os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

4. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

4.1. A aquisição objetiva a manutenção de ações governamentais preexistentes instituídas pelos instrumentos abaixo:

- I - Plano Nacional de Mineração 2030 - baliza as políticas públicas de fomento a atividade minerária e a melhor gestão do patrimônio mineral, focando em três premissas: a governança pública, eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no País no interesse nacional; a agregação de valor e adensamento de conhecimento; e a sustentabilidade da atividade mineral;
- II - Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira;
- III - Política nacional para as atividades de mineração;
- IV - Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB);
- V - Política de reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os veículos devem atender aos seguintes requisitos mínimos, sendo aceitas especificações que, comprovadamente, sejam superiores:

- a) caminhonete picape, cabine dupla;
- b) movida a óleo diesel;
- c) pintura externa na cor branca, original de fábrica;
- d) 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) tampa na carroceria com tranca na chave ou trava elétrica;
- e) novo, zero quilometro, primeiro registro, incluso emplacamento como veículo oficial e licenciamento na UF onde serão entregues;

- f) data de fabricação igual ou posterior ao ano da ordem de fornecimento;
- g) ano do modelo igual ou posterior ao ano da ordem de fornecimento;
- h) sistema de tração 4x2, 4x4 normal e 4x4 reduzida, com modos de tração que possibilite que o veículo trafegue em estradas não asfaltadas (cascalho, lama, aclive acentuado, declive acentuado, pequenos riachos e etc.);
- i) controle de tração e controle de estabilidade;
- j) motor à diesel, turbo ou bi-turbo compressor e intercooler, 2.4cc (tolerância de - 5%) e potência de 190cv (tolerância de -5%), conforme a ABNT;
- k) sistema de injeção eletrônica de diesel, compatível com todos os tipos disponíveis no mercado brasileiro;
- l) câmbio manual de 5 (cinco) marchas a frente e 1 (uma) a ré, sendo aceitas especificações superiores;
- m) direção hidráulica ou elétrica originais de fábrica;
- n) ar condicionado de fábrica integrado frio e quente e com a função desembaçante do para-brisa;
- o) air bag duplo dianteiro para motorista e passageiro;
- p) freios com sistema antitravamento do tipo ABS com distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD);
- q) 4 (quatro) rodas de aço estampado ou alumínio originais do veículo, sendo aceitas especificações superiores;
- r) pneus de uso misto, projetado para fora de estrada (*off-road*) e asfalto, com largura da banda de rodagem mínima de 225mm, aro 16", sendo admitida banda de rodagens e aros maiores;
- s) estepe em roda de ferro sendo o pneu com as mesmas características dos demais instalados no veículo;
- t) suspensão reforçada e elevada original de fábrica de forma a possibilitar a entrada do veículo em vários tipos de estradas, principalmente as acidentadas;
- u) capacidade 5 (cinco) lugares, incluindo motorista, sendo os bancos dianteiros individuais;
- v) bancos revestidos em tecido com apoios de cabeça nos bancos dianteiros;
- w) cintos de segurança para todos os passageiros considerando a lotação completa, sendo os frontais e laterais retráteis de 03 (três) pontos e os centrais subabdominais ou de 03 (três) pontos;
- x) película de segurança e controle solar em todos os vidros do veículo (preta ou fumê), inclusive para-brisas (incolor). A película deve rejeitar 90% (noventa por cento) ou mais da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução CONTRAN em vigor;
- y) espelhos retrovisores externos em ambos os lados com acionamento posicional interno;
- z) limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa;
- aa) vidros elétricos nas portas dianteiras, originais de fábrica, sendo aceito especificações superiores e qualquer forma de acionamento dos mesmos;
- ab) acionamento elétrico de travas das 04 (quatro) portas (trava elétrica), com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica;
- ac) sistema de alarme antifurto com acionamento a distância, original de fábrica;
- ad) indicador de conta-giros de rotações do motor, indicador do nível de combustível,

indicador de temperatura de motor;

ae) sistema de áudio, com rádio integrado, no mínimo 2 (dois) alto falantes, além de conexões USB e Bluetooth, sendo aceitas especificações superiores;

af) carroceria aberta;

ag) capacidade de carga útil mínima de 1000 kg (tolerância de -5%);

ah) protetor de caçamba em poliuretano original de fábrica ou aplicação de revestimento em poliuretano 100% puro, com no mínimo 3mm de espessura;

ai) capota marítima na cor preta, de primeira linha, com logomarca do fabricante, que impeça a penetração de água na caçamba do veículo;

aj) engate para reboque traseiro, fixo, próprio para o modelo do veículo, parafusado em local projetado para tal no chassi, com capacidade de tração mínima de 1.000kg (tolerância de -5%), com tomada elétrica devidamente instalada, cantos arredondados (podendo ter acabamento em chapa cromada, com ausência de pontas ou superfícies cortantes), com ponto de ancoragem para corrente de segurança, de acordo com Resolução CONTRAN;

ak) capacidade do tanque de combustível 75 (setenta e cinco) litros (tolerância de -5%);

al) tampa de combustível contendo a indicação exata sobre o tipo de combustível utilizado, para evitar equívocos quando do abastecimento;

am) grade protetora do motor/cárter em aço com, no mínimo, 2mm de espessura, ou conforme original de fábrica, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, a qual não deve causar interferência no sistema de absorção de impactos no conjunto motor/transmissão;

an) tapetes do assoalho de borracha original do veículo, com velcro e/ou presilha na parte inferior para fixação no revestimento do assoalho, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante;

ao) estribos laterais na cor preta, em 02 (duas) peças de aço estruturado, formadas de chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo;

ap) para-choques de impulsão (quebra-mato) na parte frontal do veículo, com suporte a guincho e proteção de faróis, em aço tubular na cor preta fosco ou semi brilhante, com altura que abranja da parte inferior do para-choque até a altura do capô, projetado para suportar, no mínimo, a Capacidade Máxima de Tração do Veículo (CMT);

aq) chave de roda com alavanca compatível com a operação e utilização do veículo;

ar) macaco hidráulico ou mecânico (de acordo com o modelo do veículo);

as) jogo de chave fixa (boca);

at) triângulo de segurança;

au) possuir todos os itens de segurança e demais equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos nas Resoluções vigentes do CONTRAN, assim como em conformidade com o PROCONVE;

av) possuir todos os itens de série não especificados, mas exigidos pelo CONTRAN;

aw) classificação A, B ou C no PBE relativa a redução relativa ao limite de emissões no escapamento, de acordo com a tabela de consumo / eficiência energética de veículos automotores leves do INMETRO, versão mais atualizada;

ax) atender aos limites máximos de ruídos, fixados nas Resoluções CONAMA n°. 1, de 11/02/1993, n°. 08/1993, n°. 17/1995, n°. 272/2000 e n°. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

ay) possuir rede de concessionária da marca em todos os estados do território nacional;

az) garantia da marca contra defeitos de fabricação, no mínimo de 3 (três) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro, prevalecendo a oferecida pelo fabricante caso seja superior ao mínimo exigido;

5.2. Serão considerados como originais de fábrica os acessórios e adaptações realizados na linha de montagem, inseridos na concessionária autorizada da marca ou por empresa homologada do fabricante, desde que devidamente incluso na garantia do veículo;

5.3. A garantia contra defeitos de fabricação deverá ser prestada sem ônus para a ANM dentro do prazo de garantia ofertado pelo fabricante;

5.4. As despesas com revisões periódicas normais, conforme manual do fabricante, necessárias para a garantia de fábrica, serão custeadas pela ANM;

5.5. Os dados para licenciamento dos veículos (CNPJ/Localidade/UF) serão os dos locais de entrega, a serem informados no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento;

5.6. A ANM possui isenção do IPVA por ser uma Autarquia Federal mantida pelo Poder Público;

5.7. Os dados para faturamento (CNPJ) serão os constantes da Nota de Empenho e/ou Instrumento de Contrato;

5.8. O licitante deve comprovar a aptidão para fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

5.9. O licitante deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens.

6. OBRIGAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA CONTRATADA

6.1. observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, quando do fornecimento de pilhas e baterias, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

6.2. apresentar, quando solicitado, manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

6.3. providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias do processo de troca, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

6.4. não permitir formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

6.4.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

6.4.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

6.4.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas

pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

6.5. providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;

6.6. exigir o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.6.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

6.6.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; e

6.6.3. dar a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizado pelo órgão ambiental competente, exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.7. o fornecedor de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais (art.17, inciso I, da Lei nº 6.939/81) deve apresentar o registro no Cadastro Técnico Federal (CTF) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

6.8. observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços.

7. DURAÇÃO DO CONTRATO

7.1. 12 (doze) meses.

8. SOLUÇÕES DE MERCADO

8.1. Identificou-se no mercado os seguintes fabricantes e modelos de veículos que atendem os requisitos mínimos da contratação:

- I - Mitsubishi L200 Triton Sport GLX Diesel M/T;
- II - Chevrolet S10 LT 2.8 Turbo Diesel 4x4 MT;

8.2. Identificou-se no mercado os seguintes fabricantes e modelos de veículos que superam os requisitos mínimos da contratação:

- I - Ford Ranger XLT 3.2 Diesel 4x4 AT;

- II - Volkswagen Amarok V6 Highline 3.0 TDI turbo 2,25L; e
- III - Nissan Frontier Attack AT 4x4 2.3L, Bi-Turbo Diesel.

8.3. Além dos listados acima, foram analisadas as seguintes alternativas:

- I - Volkswagen Amarok SE / Comfortline / Highline 2.0 TDI biturbo diesel:
 - a) Motor inferior a 2.4cc (tolerância de -5%).
- II - Ford Ranger XLS 2.2 Diesel 4x4 MT:
 - a) Motor e potência inferiores a 2.4cc e 190cv (tolerância de -5%), respectivamente.
- III - Toyota Hilux Cabine Dupla STD Power Pack 4x4 Man:
 - a) Potência inferior 190cv (tolerância de -5%).
- IV - Renault Duster Oroch:
 - a) Motor e potência inferiores a 2.4cc e 190cv (tolerância de -5%), respectivamente.
 - b) disponível apenas em versões flex.
 - c) ausência de tração 4x4.
- V - Fiat Toro Volcano 2.0 diesel AT9 4x4:
 - a) Motor e potência inferiores a 2.4cc e 190cv (tolerância de -5%), respectivamente.
- VI - Nissan Frontier S MT 4x4:
 - a) Potência inferior a 190cv (tolerância de -5%).

8.4. Dentre os modelos analisados verificou-se as variações existentes em relação a potência do motor (cc e cv), ao combustível utilizado e a existência, ou não, de tração 4x4, sendo considerados aqueles de motor de 2.4cc e potência de 190cv (tolerância de -5%), conforme ABNT, movidos a óleo diesel, com sistema de tração 4x2, 4x4 normal e 4x4 reduzida, julgados mais adequados para uso severo, em locais de difícil acesso, com subidas íngremes e terrenos acidentados, pedregosos, escorregadios, atoleiros ou cursos d'água, onde normalmente se desenvolvem as atividades minerárias, e que demandam mais robustez do veículo.

8.5. Analisou-se aquisições similares efetivadas por outros entes públicos, nos últimos 12 meses, mediante consultas ao Pannel de Preços, conforme resumo apresentado no quadro abaixo.

Órgão/Entidade	UASG	Nº licitação	Marca/Modelo	Quantidade
Contratações similares veículo tipo caminhonete pick up, cabine dupla, com carroceria aberta, 4x4, diesel				
PREF. MUN. DE PRUDENTOPOLIS	987791	110/2018	L200 TRITON SPORT GL	1
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ	980005	28/2018	HILUX CD STD 2.8L	1
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE RORAIMA/RR	926425	05/2018	L 200 TRITON SPORT GLX	5
PREF.MUN.DE CANAPOLIS	983421	01/2019	TORO FREEDOM DIESEL 2.0 AT9 4X4	1
CIA DE DESENV. DO V. DO SAO FRANCISCO-M.CLARO	195005	60/2018	FIAT TORO DIESEL FREDON	5
SEC DE EST DA AGR, ABASTECIMENTO E DESN RURAL	926523	08/2018	TORO 2.0 L DIESEL 4 X 4	1
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS	452286	117/2018	HILUX CD STD/PP 2.8L MT 4x2/4x4	1

1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	160339	44/2017	TRITON GLX MITSUBISHI	2
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU	453187	145/2018	HILUX CD STD/PP 2.8L MT	1
EMBRAPA/CPATU	135006	55/2018	L 200 TRITON SPORT GLX	1
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	450522	87/2018	HILUX SR 2.8L AT	1
EMBRAPA/CNPAF	135036	36/2018	L.200 GL	8
COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	250110	32/2017	L200 TRITON SPORT GL	300
COMANDO DE FRONT.-RR E 7.BAT.DE INF.DE SELVA	160352	04/2018	L 200 TRITON SPORT GLX	19
8. DEPOSITO DE SUPRIMENTO	160165	13/2018	L200 TRITON SPORT GL	50
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA	926302	81/2018	L200 TRINTON	1
COORDENAÇÃO GERAL DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	250110	39/2018	L200 TRITON SPORT GL	1000
COORDENAÇÃO REGIONAL LITORAL SUDESTE - SP	194046	04/2018	L200 TRITON SPORT G	13
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	936001	49/2018	Amarok	1
EMBRAPA/CNPf	135028	13/2018	L200 TRITON SPORT GL	1
GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	943001	696/2018	L200 TRINTON	4
CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO	926611	03/2018	L-200-GL/2019	6
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ	925213	80/2018	TORO FREEDOM 2.0 AT9 4X4 DIESEL 4P	1
CENTRO DE INTEND.DA MARINHA EM RIO GRANDE	785810	81/2018	TORO FREEDON 2.0 4X4 DIESEL 2019	2
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	070002	63/2018	L200/GL	5
CIA DE DESENV.DOS VALES DO S.FRANC.E PARNAIBA	195015	05/2018	L200 TRITON SPORT GL	15
COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	160026	17/2018	TRITON SPORT HPE	2
COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	160026	17/2018	TRITON SPORT GLS	2
CIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO-BA	195004	12/2018	L200 GL	8
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM	925387	108/2018	RANGER 2.2 DIESEL 160 CV 4X4 CABINE DUPLA	1
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE TOCANTINS	925402	43/2018	RANGER LIMITED	1
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO M. BAND. MELLO	158705	05/2018	S10 diesel	1
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO	926625	82/2018	L200 TRITON SPORT / GLS	7
2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	160203	41/2018	S-10	4

8.5.0.1. das 34 contratações listadas acima, em 20 delas (quase 60%) foram adjudicadas versões do modelo L200 Triton Sport da marca Mitsubish.

8.5.0.2. em todas as contratações onde o quantitativo supera 6 (seis) unidades o modelo vencedor foi sempre a versão L200 Triton Sport, indicando sua larga utilização para compor frota de veículos dos órgãos/entidades.

8.6. Assim, da utilização pretendida para os veículos; da análise do mercado; das contratações efetivadas por outros entes públicos; do custo total de propriedade que gera maior economicidade para a administração; e da necessidade urgente de recompor a frota de veículos de fiscalização de campo da ANM; propõe-se a aquisição de caminhonetes pick up, cabine dupla, com carroceria aberta, motor 2.4cc e 190cv (tolerância de -5%), conforme ABNT, tração 4x4 e movida a óleo diesel conforme detalhado no [subitem 5.1](#), acima.

9. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

9.1. Conforme levantamento constante no Doc. SEI (0552233), a quantidade estimada de veículos necessária ao atendimento da atual demanda da Agência é de cerca de 65 (sessenta e cinco) veículos.

9.2. Consoante as metas de fiscalização e as condições operacionais de cada Unidade Regional, a área demandante propõe a substituição de parte da frota de acordo com as seguintes quantidades estimadas:

Unidade da Federação	Quantidade
AL	1
AP	1
AM	2
BA	4
CE	2
DF	2
ES	3
GO	4
MA	2
MT	4
MS	2
MG	6
PA	5
PB	1
PE	2
PI	2
PR	2
RJ	3
RN	2
RS	2
RO	2
RR	1
SC	4
SP	4
SE	1
TO	1
Estimativa da quantidade de veículos a serem substituídos	65

9.3. Considerando os estados da federação e suas regiões geográficas a distribuição dos quantitativos é o mostrado no quadro abaixo:

Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Sul	Quantidade Total
12	17	12	16	8	65

10. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

10.1. Solução escolhida:

10.1.1. Registro de preços visando a aquisição de veículos picape diesel, 4x4, novos, zero quilometro, dotados de todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, assim como em conformidade com o PROCONVE e o Programa de Eficiência Energética do INMETRO, mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, de acordo com os requisitos mínimos definidos no [subitem 5.1](#) e nas quantidades estimadas informadas no [subitem 9.2](#), objetivando substituir parte da frota de veículos da Agência Nacional de Mineração - ANM utilizados nas ações de fiscalização de campo.

10.2. Justificativa técnica da alternativa escolhida:

10.2.1. veículo tipo caminhonete picape, cabine dupla, com carroceria aberta, motor 2.4cc e potência de 190cv (tolerância de -5%), 4x4, diesel.

I - o acesso as áreas onde se desenvolvem as atividades de mineração se dá, em maior número, por estradas não pavimentadas, em estado precário de conservação, além de que, boa parte delas são acidentadas, com elevados desníveis, subidas íngremes, terrenos pedregosos, escorregadios, atoleiros ou cursos d'água.

II - assim, é de suma relevância que tais veículos tenham potência suficiente para enfrentar os obstáculos, altura mínima em relação ao solo, boa tração, a fim de atender as peculiares condições de trafegabilidade das rodovias e estradas utilizadas nos deslocamentos até os locais onde se desenvolvem as atividades minerárias.

III - a forma de motorização à diesel, turbo ou bi-turbo compressor e intercooler é importante para atender regiões nas quais seja comum a incursão em estradas de lama, serras, travessias de curso d'água, entre outras, sendo tais especificações compatíveis com os níveis de dificuldades encontrados nas estradas.

IV - a capacidade 2.4cc e potência 190cv (tolerância de -5%) mínimas requeridas do motor são necessárias para o regular desenvolvimento das ações de fiscalização nos terrenos descritos, a fim de se evitar frustrações no cumprimento do papel institucional da Agência, sob risco de que sejam incrementados dispêndios com manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário, no caso de especificações inferiores.

V - evidencia-se a necessidade imperiosa do uso de veículos com tração 4x4 para trafegar em locais onde não existe pavimentação asfáltica tais como: estradas de terra, trilhas, subidas íngremes, lugares encharcados, escorregadios, travessias de córregos e riachos, entre outros.

VI - o modelo com quatro portas para passageiros, permite, se necessário, embarque e desembarque com agilidade por seus

ocupantes.

VII - os itens de segurança, tais como air bags e freios ABS/EBD visam garantir a integridade dos agentes que utilizarão os veículos.

VIII - o modelo com carroceria aberta tem a finalidade de comportar os equipamentos e eventual bagagem a serem transportados.

IX - o protetor de caçamba e a capota marítima justificam-se pela necessidade de se evitar danos a lataria e conter a penetração de água no compartimento de carga, bem como resguardar os equipamentos e bagagens transportados.

X - o engate traseiro para reboque decorre da necessidade de prender complementos que visem aumentar a capacidade de carga do veículo ou auxiliar o seu guinchamento.

XI - os estribos laterais e quebra mato servem para afastar as hastes de madeira, troncos, entre outros que pendem da mata para a estrada ou que são derrubados com o vento e se projetam para a estrada. Conjuntamente, em caso de alguma derrapagem em pontes mal conservadas, contribui diretamente para a segurança, evitando um choque brusco que poderia acarretar a capotagem ou outro tipo de acidente.

XII - os pneus com banda de rodagem mínima de 225mm garantem uma boa estabilidade e, se esta banda for maior, proporcionará uma segurança ainda melhor.

XIII - a aplicação de películas que atendam a Resolução 254/2007-CONTRAN proporcionam aos ocupantes proteção da radiação UV e o controle da incidência solar, permitindo melhor conforto térmico no interior do veículo, economia de combustível, além de prover maior segurança.

XIV - os tapetes de borracha ou PVC faz-se necessário ante as condições precárias da maioria das estradas utilizadas, quase sempre sem pavimentação asfáltica, fato que impõe desgaste demasiado ao interior do veículo com acúmulo de sujeira (lama) nas partes acarpetadas da camionete. Contudo, o uso deste revestimento, possibilita a proteção e limpeza rápida do interior do veículo.

XV - o protetor de cárter atua diretamente como anteparo do reservatório de óleo do motor e componentes diversos tais como filtro e motor, que, caso danificados nas estradas mal conservadas, representaria risco à segurança e salubridade dos ocupantes.

XVI - pelo potencial de exigir longos trajetos a serem percorridos durante as atividades, deverá o veículo proporcionar ao agente encarregado de sua condução as melhores condições para tal, quais sejam: contar com direção leve (hidráulica, elétrica ou mista).

XVII - O sistema de áudio com alto-falantes, conexões USB e *bluetooth* possibilita ao condutor a comunicação emergencial por telefone em casos de perseguição, sem descuidar da segurança e das normas de trânsito, além da facilidade de utilizar o recurso de navegadores de GPS através do espelhamento de dispositivos móveis.

XVIII - possuir bons índices de aceleração, retomada, velocidade final, estabilidade e força, no intuito de perfazer as principais necessidades das atividades e nos mais variados ambientes são requisitos do veículo que mais se enquadram no tipo de atividade a ser realizada.

XIX - caso as especificações do veículo fiquem aquém do discriminado pode acarretar desgaste prematuro do mesmo, principalmente dos componentes motor, transmissão e tração, dado as situações de uso severo a que são submetidos, conforme experiências já vivenciadas no âmbito do Órgão.

10.2.2. opção pelo motor à **diesel** como tipo de combustível:

I - melhor relação custo/benefício em comparação a outro combustível, resultando em um custo menor por quilômetro rodado;

II - maior vigor do motor, considerando as condições em que o veículo é utilizado, resultando em sua maior durabilidade e menor exigência de manutenção;

III - menor consumo de combustível em ambientes de uso severo, fora de estrada em comparação a outro combustível;

IV - maior autonomia do veículo, possibilitando grandes deslocamentos em regiões onde não é possível contar com postos de abastecimento;

V - maior confiabilidade e resistência do conjunto motor e mecânica para uso em condições adversas de estradas sem pavimentação regular, e para transposição de obstáculos;

10.3. **Justificativa legal da alternativa escolhida:**

10.3.1. Modalidade Pregão Eletrônico:

I - trata-se de bens caracterizados como comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do parágrafo único, art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

10.3.2. Sistema de Registro de Preços (SRP):

I - dado as características e custo dos bens há necessidade de contratações recorrentes, de acordo com a disponibilidade orçamentária da Agência, com a conveniência de entregas parceladas em diversos locais, considerando a necessidade de atendimento as várias unidades regionais existentes no país, consoante o que prevê o art. 3º, do Decreto 7.892, de 2013;

II - destaca-se, ainda, como benefícios para adoção do Registro de Preço a economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para todas as unidades da ANM, resultando em uniformidade e padronização de especificações e, consequentemente, menores custos de propriedade);

III - o Sistema de Registro de Preços se apresenta como um

procedimento especial e flexível, onde se destaca a não exigência da indicação de orçamento prévio para realização do certame licitatório, de acordo com o § 2º, art. 7º, do Decreto 7.892, de 2013, aspecto que se mostra vantajoso, pois a Administração agilizará o procedimento de contratação, antecipando a licitação, que, depois de conclusa, ficará apenas no aguardo do orçamento para efetivação da respectiva aquisição/contratação;

IV - Nesta sentido, a escolha pelo SRP se faz adequada e está previsto no inciso IV, art. 3º, do Decreto nº 7892, de 2013, o qual dispõe sobre a hipótese de registro de preço quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

10.3.3. Divulgação da Intenção de Registro de Preços

I - Deverá ser dispensada a divulgação da intenção de registro de preços justificado pela necessidade premente da contratação, combinado com a falta de pessoal para gerenciamento da ata com participantes, além de ausência de estrutura para execução das atribuições decorrentes, conforme possibilidade inserta no §1º, art. 4º, do [Decreto 7.892, de 2013](#).

II - Ademais, acatar a intenção de outros órgãos demanda que o processo originário passe por alterações que requerem um árduo trabalho de ajustes, além de implicar na capacidade de execução da sessão pública com vários itens/lotos.

10.3.4. Adesão à Ata de Registro de Preços

I - Não deverá ser admitida adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação justificado pela inexistência de equipe e estrutura para atuar como gestores da futura ARP, conforme exposto no item anterior.

10.3.5. Cota exclusiva para ME/EPP:

I - Não deverá ser aplicado o disposto no art. 8º, § 4º, do [Decreto nº 8.538, de 2015](#), ante a justificativa presente no [item 13](#).

10.3.6. Locação x Aquisição:

I - o objeto da presente contratação está classificado na categoria de veículos de serviços especiais, art. 2º, inciso III, utilizado em atividades relacionados a fiscalização, art. 5º, inciso V, ambos do [Decreto 9.287, de 2018](#), que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública. O disposto no art. 8º, § 1º, do mesmo Decreto, está no contexto de aquisições de veículos de serviços comuns de que trata o art. 4º e, portanto, fora do escopo da aquisição em comento.

II - está em tramitação através do processo SEI nº 48051.000540/2019-32 procedimento para locação de veículos para atender unidades regionais de maior demanda de ações de fiscalização de campo (MG, PA, BA, GO, SP, e RS). Tal contratação tem como meta a implantação de projeto piloto no âmbito da ANM visando estudo de viabilidade de transição de frota própria para terceirizada.

III - entende-se que a manutenção de uma frota própria de veículos de fiscalização, em quantidades mínimas, se faz necessário nas unidades da Federação onde os serviços de

locação se mostrarem inviáveis técnica e economicamente.

IV - em um cenário com a frota 100% terceirizada, há de se considerar o risco de eventuais problemas ou impedimentos por parte da contratada, ou até mesmo restrições orçamentárias ou financeiras, com a consequente suspensão dos serviços inviabilizar a realização das atividades finalísticas da Autarquia. Por este aspecto, considera-se a possibilidade das unidades regionais possuírem um quantitativo mínimo de veículos próprios.

10.3.7. Aquisição x Substituição:

I - a pretendida aquisição visa substituir parte da frota de veículos especiais classificados como irrecuperáveis, antieconômicos ou com vida útil vencida, conforme dados constantes no Doc. SEI (0552233), priorizando-se a troca daqueles que comprometem a segurança do uso.

10.3.8. Vedação a aquisição constante na [Portaria ME nº. 179, de 22/04/2019](#), que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público:

I - o disposto no art. 1º, inciso III, da referida Portaria refere-se a aquisições de veículos de representação e de serviços comuns, não se aplicando no caso da presente contratação cujo objeto é a aquisição de veículo especial para uso em fiscalização de campo.

10.4. A solução descrita neste item possibilita uma compra de forma que atende as necessidades da ANM, sem restringir a competitividade, além de proporcionar segurança a contratação, melhor controle e gestão no atendimento das demandas, padronização e uniformização das especificações, com possibilidade de obtenção de preços mais competitivos se comparados a contratação em separado por cada unidade regional ou por região geográfica.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1. Os preços estimados de referencia foram obtidos conforme disciplina a IN SLTI/MPOG nº 05, de 2014, utilizando-se os parâmetros previstos no art. 2º, observado o contido no § 1º, ambos da mencionada norma, priorizando as pesquisas no módulo Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>, bem como em contratações semelhantes efetivadas por outros entes da administração pública.

11.2. Considerando as especificidades do objeto pretendido, a realidade do mercado e os resultados esperados, empreendeu-se pesquisa junto a fornecedores do ramo (fabricantes e concessionárias) objetivando levantar informações complementares que devam ser consideradas no Termo de Referência.

11.3. Para definição do custo unitário de referência considerou-se a média dos preços unitários apurado com base nas fontes de consulta pesquisadas.

11.4. Em função do tempo utilizado no planejamento da contratação, tramitação interna do processo para autorizações e análise jurídica, deve-se considerar a atualização dos preços previamente a publicação do Edital ou em eventuais alterações ou retificações de suas exigências.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

12.1. OBJETO

Aquisição de veículos picape, diesel, 4x4, novos, zero quilometro, dotados de todos

os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, assim como em conformidade com o PROCONVE e o Programa de Eficiência Energética do INMETRO, objetivando substituir parte da frota de veículos especiais da Agência Nacional de Mineração - ANM utilizados nas ações de fiscalização de campo, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	Código do Material (CATMAT)	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida/fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	150070	Veículo tipo caminhonete picape, cabine dupla, com carroceria aberta, motor 2.4cc e potência de 190cv (tolerância de - 5%), 4x4, diesel, conforme requisitos mínimos constantes do Termo de Referência	Unidade	1	6	65

12.2. Os veículos devem atender aos requisitos mínimos pontuados no [subitem 5.1](#), acima.

12.3. Tais requisitos estabelecem que os bens a serem ofertados não devem ter especificações inferiores as listadas, podendo serem iguais ou superiores.

12.4. O detalhamento não restringe a competitividade, haja vista que as especificações limitam-se à necessidade da Agência e que os parâmetros e as medidas são comuns a mais de um fornecedor.

12.5. Os requisitos mínimos descritos neste Instrumento foram detalhados de forma a garantir que os objetos tenham qualidade e cumpram a finalidade para a qual serão adquiridos.

12.6. Prazo de entrega de 120 (cento e vinte) dias.

12.7. Prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.8. A contratação é composta por um único item que para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala não deve ser dividido ou parcelado, visto que tal procedimento não amplia tampouco restringe a participação de licitantes.

13.9. No presente certame não será aplicado o disposto no art. 8º, § 4º, do Decreto nº 8.538, de 2015, visto que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a Administração e poderá representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, conforme permissiva contida naquele mesmo decreto, ante a justificativa apresentada a seguir.

13.10. A decisão pela inviabilidade de aquisição preferencial da cota reservada mediante o fracionamento do item até o limite de 25% do objeto licitado para atender o dispositivo citado, ocasionaria uma cisão no fornecimento dos veículos, e possível diversidade de marcas/modelos, bem como prejuízos à economicidade pela não aquisição em escala.

13.11. É dever da Administração observar o princípio da padronização e buscar a uniformização dos produtos e serviços, e, conseqüentemente, como resultado, obter a redução de gastos e tornar mais próspera a relação custo x benefício.

13.12. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, mas é imprescindível que a

divisão do objeto seja vantajoso para a administração (art. 10, inciso II, do Decreto 8.538, de 2015) além de técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1. A presente contratação resultará na melhoria das condições dos serviços prestados pelas Unidades Regionais da Agência Nacional de Mineração - ANM, que terão a sua disposição veículos novos e modernos, o que ampliará a capacidade de resposta e os resultados dessas unidades.

14.2. Quanto à eficácia, a solução possibilitará disponibilizar veículos em condições confiáveis de utilização, apropriados as necessidades da Agência, com menor risco de quebra, aliado a diminuição da quantidade de dias parados para reparos;

14.3. Quanto à eficiência, a solução proporcionará melhor gestão administrativa e aprimoramento do zelo e manutenção do patrimônio público sob a guarda e responsabilidade da ANM, na medida em que possibilitará que os seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, essenciais para a condução da atividade fim do Órgão;

14.4. Quanto à efetividade, a solução visa viabilizar a continuidade do exercício das atividades finalísticas da Autarquia sem maiores transtornos ou interrupções e com maior nível de segurança aos servidores envolvidos;

14.5. Quanto à economicidade, a solução visa a qualidade dos bens adquiridos, a custos de mercado, mais vantajosos para a administração, bem como a redução dos excessivos gastos com manutenção de veículos antieconômicos.

15. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

15.1. Formalizar a designação dos servidores encarregados do recebimento dos veículos em cada unidade regional, bem como expedir orientações com os procedimentos que devem ser adotados para seu uso e conservação.

16. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Como decorrência dos estudos realizados para elaboração deste documento, identifica-se a viabilidade da presente contratação conforme descrito no [item 12](#).

17. CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO QUANTO AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 (LAI)

17.1. Este documento se classifica nos termos do Art. 4º da Lei nº 12.527, de 2011, como informação, documento e disponibilidade consoante os incisos abaixo transcritos:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

(...)

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

Elaborado por:

Álvaro Barbosa de Santana

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
DINLIC

De Acordo:

Eriberto do Nascimento Leite

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
GFAM

Hélio Nascimento Silva

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação
DIREL

Aprovado por:

José Antônio Alves

Superintendente de Produção Mineral - SPM
Autoridade Competente da Área Demandante



Documento assinado eletronicamente por **Álvaro Barbosa de Santana, Chefe de Divisão de Gestão Nacional de Licitações**, em 07/10/2019, às 07:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Nascimento Silva, Plano Especial de Cargos (art. 3º da Lei 11.046/2004)**, em 07/10/2019, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eriberto do Nascimento Leite, Gerente de Fiscalização do Aproveitamento Mineral**, em 08/10/2019, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Alves dos Santos, Superintendente de Produção Mineral**, em 08/10/2019, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0618047** e o código CRC **3765C9DD**.